

Cuiabá – MT, 27 de fevereiro de 2018.

Ilmo. Sr. Lineu Neiva Rodrigues
Presidente da Câmara Técnica de Ciência & Tecnologia
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Ministério do Meio Ambiente

Prezado Sr.

Apresentamos as demandas de C,T&I levantadas junto a representantes da sociedade civil e da academia em Mato Grosso, estado que congrega três das principais bacias hidrográficas e biomas do país Araguaia, Amazônica e Paraguai/Pantanal, ameaçados por serem fronteiras de exploração agropecuária e hidroenergética, colocando em risco a conservação dos seus recursos naturais ainda com relativo estado de conservação.

Solicitamos oficialmente a avaliação e priorização destas demandas de pesquisa e de efetivação de políticas públicas pelos demais membros desta Câmara Técnica.

Solicitamos que três demandas destacadas abaixo sejam priorizadas:

- *Bacia do Alto Paraguai (BAP) – Mapa de Áreas de Restrição de Uso dos Recursos Hídricos – avaliação técnica da CTCT e emissão de parecer para o CNRH – com base na Nota Técnica de especialistas da UNEMAT e UFMT (anexo) com apresentação do Mapa pelos especialistas responsáveis em reunião da CTCT. Neste Mapa recomenda-se que as bacias ainda livres de barragens na BAP se mantenham LIVRES DE BARRAGENS para garantir o princípio de Usos Múltiplos, em especial a produção pesqueira, já que o aproveitamento do potencial hidrelétrico da bacia já se encontra na ordem de 50% – sub bacias dos rios Septotuba, Cabaçal, Alto Paraguai, Jauquara, Cuiabazinho, Cuiabá, Mutum, Aricá Mirim, Aricá Açu, Piquiri, Ariranhas (MT), bem como Taquari/Coxim, Negro, Apa, Aquidauana e Miranda (MS), conforme Recomendação CNZU No. 10/2018 (anexo);*
- *Solicitação ao CNRH de determinação da realização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Tapajós com previsão de Criação do Comitê Federal da Bacia do Tapajós, em especial relacionada à conservação das sub bacias dos rios Juruena e Tapajós como LIVRES DE BARRAGENS, visando garantir o direito Constitucional da conservação ambiental e de usos e modos de vida de povos e comunidades tradicionais;*
- *Rio Araguaia como LIVRE DE BARRAGENS devido à espécie endêmica de boto, conservação de demais usos, bem como dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais.*

DEMANDAS:

- Garantir o direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso à água em quantidade e qualidade e usufruto dos seus territórios de pesca, conservação de modos de vida e culturais/sagrados por meio da maior participação dos seus representantes no CNRH, nos CERHs e nos Comitês de Bacia criando a categoria COMUNIDADES TRADICIONAIS e aumentando a representação das regiões hidrográficas do país quanto aos indígenas, pescadores profissionais-artesanais, ribeirinhos e membros do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais;

- Implementação urgente de métodos de redução de perdas e do desperdício de água na rede de abastecimento/distribuição urbana em todo o país;
- Rios Voadores x Desmatamento da Amazônia – e o potencial de alteração no balanço hídrico nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do país, onde se encontra o Pantanal Mato-grossense, e o Sistema Paraguai-Paraná de Áreas Úmidas, boa parte das áreas de recarga do Cerrado, grande parte da produção agropecuária e da agroindústria do país, a maior parte da população, bem como cerca de 70% do PIB da bacia do Prata. Sugestão de nomes de especialistas: Antônio Nobre INPA/INPE - anobre27@gmail.com; Dalton Valeriano – INPE - dalton@dsr.inpe.br; Gilvam Sampaio – INPE - gilvan.sampaio@inpe.br; Carlos Nobre – INPE e Gerd Spavoreck – ESALQ
- Bacia do Alto Paraguai (BAP) – Mapa de Áreas de Restrição de Uso dos Recursos Hídricos – avaliação técnica da CTCT e emissão de parecer para o CNRH – com base na Nota Técnica de especialistas da UNEMAT e UFMT (anexo), com apresentação do Mapa pelos especialistas responsáveis em reunião da CTCT. Neste Mapa recomenda-se que as bacias ainda livres de barragens na BAP se mantenham como LIVRES DE BARRAGENS para garantir o princípio de Usos Múltiplos, em especial a produção pesqueira, já que o aproveitamento do potencial hidrelétrico da bacia já se encontra na ordem de 50%. A saber: sub bacias dos rios Septotuba, Cabaçal, Alto Paraguai, Jauquara, Cuiabazinho, Cuiabá, Mutum, Aricá Mirim, Aricá Açú, Piquiri, Ariranhas (MT), bem como Taquari/Coxim, Negro, Apa, Aquidauana e Miranda (MS);
- Desmatamento e compactação do solo do cerrado e a recarga dos aquíferos que alimentam as grandes bacias do São Francisco, Araguaia-Tocantins, Amazônica e do Prata, por exemplo na Chapada dos Veadeiros – região de Alto Paraíso de Goiás e na Chapada dos Guimarães – região de Nobres. A conversão do Cerrado em áreas agrícolas cada vez mais promove a contaminação de aquíferos por agrotóxicos e fertilizantes e a compactação do solo devido ao uso de máquinas pesadas, alterando a infiltração da água, além do aumento do potencial de erosão. O impacto potencial nas áreas de recarga das mais importantes bacias hidrográficas nacionais demanda a necessidade premente de estudos de modelagem relacionando diminuição da área de infiltração x uso agrícola x capacidade de recarga dos aquíferos. Qual o limite de uso para não afetar a recarga dos aquíferos???
- Compilação de informações e estado da arte, bem como proposição de projetos para avaliar as pegadas hídricas da produção animal e de grãos nas bacias hidrográficas, em especial onde estas atividades são significativas;
- Avaliar a transferência de água virtual na exportação de grãos e carne, prevendo alguma forma de ressarcimento financeiro pelos setores envolvidos na cadeia de produção, visando a conservação ambiental e dos recursos hídricos nas zonas produtoras;
- Implementação de métodos de redução de perdas e alternativas tecnológicas para uso de pivô central;
- Recomendação/Moção da CTCT sobre a necessidade inclusive legal de se retomar os fomentos de C,T&I pelo CT-Hidro;

- Avaliação sobre a implementação da Gestão Ecológica de Recursos Hídricos – Hidrograma Ecológico, em especial em bacias hidrográficas ainda conservadas;
- Promoção do fomento privado no sistema de C,T&I para conservação e gestão de recursos hídricos;
- Rever os níveis permitidos de contaminação por agrotóxicos e compostos orgânicos tóxicos na água potável de abastecimento para garantir a saúde ambiental dos mananciais e a qualidade da oferta de água potável (Norma de Potabilidade do Ministério da Saúde) tanto urbana quanto rural, nesta em especial quanto à água oferecida aos povos e comunidades tradicionais, assentamentos, agricultura familiar, bem como avaliar a qualidade da água para a produção de alimentos;
- Promover uma discussão com a CNA, AROSOJA, ABRAPA e demais representações de produtores junto ao CNRH sobre a necessidade de se conservar as nascentes e as veredas, uma vez que, ao menos em Mato Grosso, essas áreas extremamente frágeis para a conservação e produção de água estão, infelizmente, sendo utilizadas para a produção de grãos... Segundo nossas pesquisas realizadas em Jaciara - MT, os produtores conservam relativamente bem a mata de galeria, contudo, utilizam as áreas de afloramentos para a produção o que promove o desenvolvimento de ravinas e voçorocas...
- Promover intenso debate técnico em conjunto com o CONAMA com o objetivo de se rever no Código Florestal (Lei 12651/2012) a indicação de “*borda da calha do leito regular*” como o limite para se estabelecer as métricas de conservação de APPs com participação de especialistas e da ABRH, Associação Brasileira de Limnologia, Associação Brasileira de Áreas Úmidas, Universidades etc
- Rever a definição de “nascentes”, olhos d’água etc com base em conceitos geomorfológicos;
- Definir responsabilidades conjuntas do CONAMA e CNRH na gestão da água em quantidade e qualidade. Unir definitivamente as políticas nacionais de PNRH e a PNMA;
- Transposição entre os rios São Francisco e Tocantins - Necessidade de avaliação da capacidade hídrica do rio Tocantins... Trata-se também de um verdadeiro absurdo ecológico (na verdade a discussão teria que ser também no CONAMA...), pois vão se misturar espécies que se desenvolveram separadas por barreiras geográficas, causando desequilíbrio ecológico imensuráveis... com perda de biodiversidade, principalmente. Ainda mais que na BSF já se implantou espécies exóticas como a Tilápia do Nilo...
- Produção de minutas de Resoluções para o CNRH sobre temas que já contemplam embasamento científico e legal para acelerar a implantação de políticas públicas para a conservação dos mananciais e melhoria da gestão de recursos hídricos;
- Contribuição do conhecimento das comunidades e povos tradicionais na gestão de RH em especial em bacias hidrográficas ainda com conservação ambiental e com uso por essas populações;
- Mudar a categoria de uso da aquicultura como uso consuntivo e altamente impactante em termos de quantidade e qualidade;

- Determinação de Parâmetros Regionais de Qualidade de Água: Proposição de níveis máximos e mínimos permitidos em relação a parâmetros de qualidade de água por bacia hidrográfica em rios ainda conservados e com boa base de dados para categorização em classes de qualidade;
- Solicitação ao CNRH de determinação da realização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Tapajós com previsão de Criação do Comitê Federal da Bacia do Tapajós, em especial relacionada à conservação das sub bacias dos rios Juruena e Tapajós como LIVRES DE BARRAGENS, visando garantir o direito Constitucional da conservação ambiental e os usos e modos de vida dos seus povos e comunidades tradicionais;
- Rio Araguaia como LIVRE DE BARRAGENS devido à existência de espécie endêmica de boto, conservação dos usos múltiplos e dos modos de vida de seus povos e comunidades tradicionais;
- Necessidade de conservação hidro-ecológica de rios para a conservação ambiental, da biodiversidade e da sociodiversidade do país, respeitando a ciência de ponta e as políticas públicas nacionais e internacionais optando politicamente por fomentar outras formas de geração de energia como eólica, de marés e solar. Devemos priorizar a eficiência ao invés do desperdício!
- Estabelecer critérios para a definição de outorga em rios/trechos de rios em que a prioridade seja abastecimento humano e conservação da natureza, visando a conservação dos processos ecológicos e de modos de vida de povos e comunidades tradicionais;
- Estabelecer critérios de definição e uso sustentável das áreas de recarga de aquíferos, com restrições ao uso do solo e da água; implantar devidamente o conceito de APAs como UCs de uso sustentável;
- Estabelecer critérios de improbidade administrativa para gestor público que não cumprir ao estabelecido na legislação pertinente e no que há de mais atualizado e de consenso internacional quanto aos conhecimentos técnico-científicos, optando por decisões meramente partidárias... Políticas de estado x políticas de governo... Decisões políticas x decisões técnicas... Como coibir a possibilidade de tomada de decisões sem embasamento técnico na gestão de recursos hídricos??
- Ética no uso da água (UNESCO 2001) deveria ser disciplina obrigatória em todos os cursos de engenharias, incluindo florestal, arquitetura, agronomia, geologia, geografia, veterinária, zootecnia...
- Rio Doce – decisões sobre soluções prioritárias a serem implementadas com base no conhecimento acadêmico, tradicional e opinião da sociedade civil;
- Demandar aos órgãos competentes amplo estudo técnico em nível federal sobre quantidade e qualidade das águas subterrâneas do país;


- Discussão e definição do conceito de Recursos Hídricos com base no que foi proposto na Recomendação CNZU No. 7/2015 (anexo):

II) Ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH que:

- Aprecie a seguinte proposta de conceito de recursos hídricos: “Recursos Hídricos abrangem a água de chuva e todos os corpos de água, naturais e artificiais, superficiais e subterrâneos, continentais, costeiros e marinhos, de água doce, salobra e salgada, parados (lagos e águas represadas) e correntes (rios - intermitentes, efêmeros ou perenes - e seus afluentes, hidrovias e canais artificiais), e todos os tipos de áreas úmidas, permanentes e temporárias” (Cunha *et al*, 2014²);

- Delibere sobre a adoção do conceito de recursos hídricos.

Agradecendo a atenção de Va. Sa., aguardamos a confirmação do agendamento destes temas nas pautas desta Câmara Técnica, acatando a indicação das prioridades.



Dra. Débora F. Calheiros